

# Visita é primeiro passo para melhor relação com EUA

Para especialista, parceria pode fortalecer os dois países, que reduziriam dependência de importações chinesas

Fabiana Parajara

fparajara@brasileconomico.com.br

O economista Albert Fishlow, diretor do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Columbia, vê a visita de Barack Obama ao Brasil como parte da estratégia dos dois países para enfrentar a China e sua agressiva política de exportações. Mas, apesar de todos os indícios de boa vontade entre as duas nações, Fishlow não acredita que o apoio americano a uma vaga do Brasil no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas será anunciado imediatamente.

**A pauta de Barack Obama não prevê grandes avanços comerciais, como retirada de antidumping ou fim de subsídios no setor agrícola.**

**A visita servirá mais como uma aproximação entre os países?**

A questão do etanol, que tem uma tarifa maior para entrada nos Estados Unidos, terá de ser discutida. Com todo o problema nuclear que surgiu no Japão, haverá uma resistência maior à energia nuclear e maior demanda por etanol. A visita é certamente um começo de aproximação e de uma solução, mas é preciso mais do que visita rápida para estabelecer uma relação duradoura. Vimos no passado, com o caso do Irã e as mútuas visitas de Mahmoud Ahmadinejad e Lula, que é uma ilusão acreditar em uma relação contínua apenas com uma visita.

**O senhor acredita que essa aproximação marca um novo modelo de política externa, uma ruptura do governo Dilma em relação ao de Lula?**

Há uma diferença de estilos entre Lula e Dilma. Nos últimos dois anos de presidência, Lula viajou muito e visitou muitos países e queria fortalecer o Brasil dentro da ONU e também as relações entre os países do hemisfério Sul. Eu não vejo tanto interesse da Dilma neste mesmo sentido. Ela precisa encarar os problemas econômicos do país, que não repetirá uma taxa de crescimento de 7,5% este ano. As estimativas ficam entre 3,5% e 4,5%. Há também a taxa de juros aumentando e, para o ano que vem, o

“

**O governo está tomando as decisões certas, mas elas são de curto prazo. É certo tratar o problema atual, mas não se pode esquecer do futuro: da educação, da concorrência com a China**

**O país não pode depender do consumo para crescer. Reduzir o déficit da Previdência é uma forma de o governo começar a poupar e aplicar, incentivando o setor privado a fazer o mesmo**

grande aumento do salário mínimo, além dos investimentos para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas. Isso tudo altera a política externa. Tem que se definir os objetivos do Brasil: para onde quer ir, como conseguir o apoio para o Conselho de Segurança e como ficam as relações com a China. A China deixa de representar um complemento, um parceiro comercial, para ser um competidor na área de produtos manufaturados.

**E onde entram os Estados Unidos nesta conjuntura?**

Hoje, os Estados Unidos representam um mercado maior para as manufaturas brasileiras. Vejo isso como um motivo para uma relação mais interessante e positiva entre os dois países. Para os Estados Unidos, o Brasil também é um mercado interessante. Por isso, empresas americanas investem no país, que poderá ser usado como um polo de exportação para outras regiões, como a África. O Brasil hoje é um jogador global e todo mundo prevê a continuação deste processo, com a colaboração tanto de países do Hemisfério Sul quanto do Norte.

**Então é possível acreditar em apoio americano imediato para uma vaga no Conselho de Segurança da ONU?**

Este um jogo muito difícil, mas pelo menos há interesse por parte dos Estados Unidos para isso. Dentro dos próximos três ou quatro anos, vamos ter um novo conselho, com a possibilidade de assentos para Brasil, Índia, África do Sul, Japão e Alemanha.

**Voltando à economia nacional, em seu último livro, *O Novo Brasil*, o senhor demonstra preocupação em relação à educação. Esse gargalo pode comprometer o futuro esperado para o país?**

Pode, por isso a educação merece mais atenção. É preciso investir mais na qualidade do ensino. Nesta semana, vimos o aumento do emprego e será preciso ter mais gente qualificada. Houve um aumento da escolarização, especialmente do ensino médio, mas ainda há muito a se fazer pela universalização, com destaque para regiões como o Nordeste.



São necessárias duas décadas de investimento contínuo para se conseguir uma força de trabalho capaz de competir com países asiáticos e desenvolvidos. Um investimento em maior qualidade, lembrando que, como prova o exemplo asiático, isso leva a uma melhora significativa da renda.

**Na sua opinião, a falta de mão de obra qualificada pode comprometer a organização da Copa e da Olimpíada?**

Já percebemos que há problemas para isso, e os principais indicati-

vos são aumento dos salários maiores e falta de mão de obra especializada. Mas, há outras implicações. É preciso investir em educação também voltada para a produção e não apenas para serviços, que serão os mais necessários para os eventos esportivos.

**Como o senhor avalia os dois primeiros meses de governo Dilma e as tentativas de frear o consumo no país?**

O governo está tomando as decisões certas, mas elas são de curto prazo. Eu alerta para os

Para Fishlow, diferentemente de Lula, Dilma deve valorizar relação com países do Hemisfério Norte



“

São necessárias duas décadas de investimento contínuo para se conseguir uma força de trabalho capaz de competir com países asiáticos e desenvolvidos

problemas de prazo maior. É certo tratar o problema atual, mas não se pode esquecer do futuro: da educação, da concorrência com a China. No caso da China, não há solução apenas com taxa de câmbio. São necessárias correções no sistema de previdência e aumento da poupança interna, por exemplo.

**No sentido de termos maior volume de investimento?**

Sim. O país prevê crescimento de 5% a 6% ao ano com inves-

timento em torno de 20% do Produto Interno Bruto. Na China, esse percentual é de 45% e, na Índia, de 40%. Na Coreia do Sul são 27% e, no Chile, entre 23% e 24%. O país não pode depender do consumo para crescer. Reduzir o déficit da previdência é uma forma de o governo começar a poupar e aplicar, incentivando o setor privado a fazer o mesmo. Sem investir o equivalente a 25% do PIB será difícil conseguir as taxas contínuas de crescimento que se quer. ■

# Matéria